

EDITORIAL

Passivo trabalhista e recurso à Justiça do Trabalho

A potencialização dos lucros e a economia de custos com a centralização da gestão administrativa, financeira e acadêmica são, certamente, algumas das motivações para o funcionamento em rede das empresas educacionais que cada vez mais dominam o “mercado educacional” brasileiro.

Essa política tem alto potencial de passivo trabalhista, na medida em que, na maioria das empresas, não são devidamente consideradas as Convenções Coletivas de Trabalho dos sindicatos locais, além, é claro, de relativizar a legislação trabalhista, a bem de maximizar os lucros e satisfazer os acionistas, sempre ávidos por eles.

Os sindicatos de professores e de funcionários técnicos e administrativos nesse contexto se deparam, geralmente, com a mais absoluta falta de interlocução para a discussão dos muitos problemas que a dinâmica de gestão dessas empresas impõe aos docentes e demais trabalhadores.

Nessa circunstância, o recurso ao Judiciário acaba se impondo como a única via de defesa dos direitos e da dignidade profissional dos professores.

Essa é a realidade da relação do Sinpro/RS com a Estácio de Sá: muitos atropelos da legislação trabalhista e da Convenção Coletiva de Trabalho, denúncias de professores que se avolumaram no último período. Expressão de que a empresa compensa na relação contratual dos professores as manifestações da crise que afeta a educação superior.

Foto: Igor Sperotto



Ante a falta de resposta às notificações, sem nenhuma interação objetiva para a resolução dos problemas apontados, o Sinpro/RS tem encaminhado ao Judiciário trabalhista um número sem paralelo de ações coletivas com vistas à preservação dos direitos dos professores.

Trata-se, infelizmente, da via mais longa e complicada, mas que não fará o Sindicato desistir nem esmorecer na sua luta.

Aos professores, o Sinpro/RS apela por compreensão e paciência face à notória demora das tramitações judiciais.

O Sindicato reitera a expectativa de que os professores continuem informando os problemas que tensionam sua relação com a Estácio de Sá.

Direção Colegiada

Iniciativas judiciais e a luta pela garantia dos direitos dos professores

Ao longo do último período, procedimentos irregulares adotados pela Estácio de Sá fizeram com que várias denúncias chegassem até o Sinpro/RS.

A trajetória de descumprimentos das normas coletivas tem resultado no encaminhamento das questões ao Judiciário trabalhista, especialmente porque a falta de interlocução com a instituição de ensino impossibilita outras vias de solução dos problemas denunciados pelos professores.

Atualmente, o Sindicato tem sete ações trabalhistas coletivas em andamento, em distintas fases processuais.

As ações mencionadas têm como objeto a redução da jornada de trabalho no turno, de quatro para três horas-aula, o pagamento das diferenças salariais advindas da atividade de estudo dirigido, diferenças salariais pela redução do valor hora-aula praticada, além de horas extras, especialmente pelas atividades realizadas pelos professores participantes de bancas de TCC, entre outras.

Confira a seguir uma síntese das referidas ações:

1 – Processo número 0021064-12.2014.5.04.0011 – Ajuizado em 07/08/2014, tem como objeto a adequação do cálculo para pagamento à base do valor integral da hora-aula, bem como o pagamento das decorrentes diferenças salariais.

Fase processual: A ação foi julgada parcialmente procedente e está aguardando a elaboração dos cálculos dos créditos devidos aos professores.

2 – Processo número 0021030-61.2014.5.04.0003 – Ajuizado em 07/08/2014, tem como objeto o pagamento das diferenças salariais decorrentes da conversão de disciplinas presenciais em estudo dirigido. A ação já teve reconhecimento o direito dos professores, com o pagamento para um grupo expressivo de docentes em novembro de 2020.

Fase processual: A ação segue em andamento visando à inclusão de novos professores substituídos no rol de credores.

3 – Processo número 0021086-40.2014.5.04.0021 – Ajuizado em 11/08/2014, tem como objeto o pagamento de

horas extras das atividades realizadas nos cursos de EAD.

Fase processual: Atualmente, o processo aguarda a impugnação das partes ao cálculo apresentado pelo perito do Juízo.

4 – Processo número 0020783-53.2019.5.04.0020 – Ajuizado em 23/07/2019, tem como objeto o restabelecimento do pagamento de 4 horas-aula por turno diário.

Fase processual: A ação se encontra no Tribunal Superior do Trabalho (TST), aguardando o julgamento do recurso interposto pelo Sindicato, que busca a reversão de decisão contrária ao seu pleito na instância anterior.

5 – Processo número 0020782-04.2019.5.04.0009 – Ajuizado em 23/07/2019, tem como objeto o pagamento de diferenças salariais decorrentes da redução do valor hora-aula, praticado a partir do primeiro semestre de 2019.

Fase processual: A ação teve decisões favoráveis ao pleito do Sindicato nas instâncias iniciais, estando no aguardo de decisão do recurso interposto pela Estácio de Sá no TST.

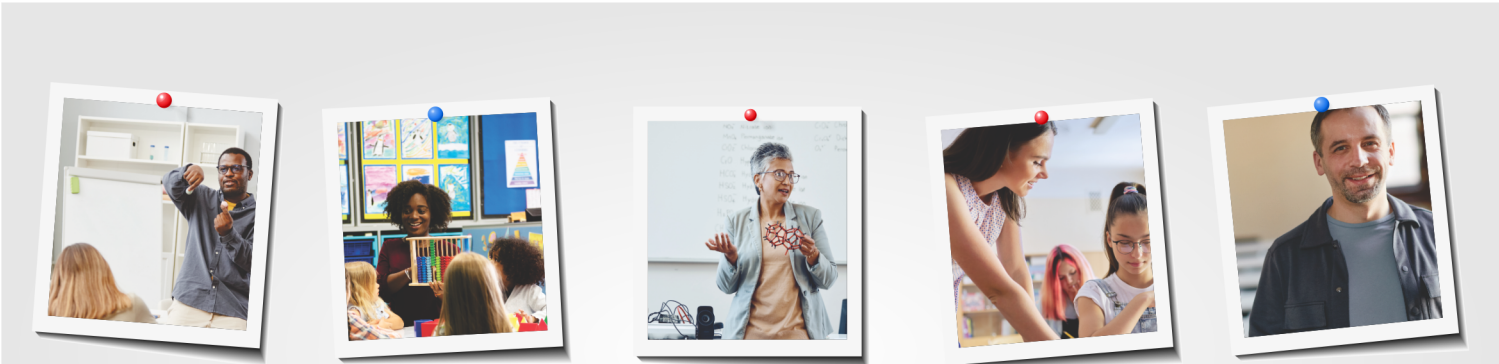
6 – Processo número 0020710-95.2020.5.04.0004 – Ajuizado em 02/09/2020, tem como objeto diferenças salariais, decorrentes da não observância da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) que trata da isonomia salarial, para os professores contratados a partir de 2019, com valor hora-aula reduzido.

Fase processual: A ação foi julgada parcialmente procedente na primeira instância e está aguardando o julgamento dos recursos interpostos.

7 – Processo número 0020031-63.2023.5.04.0013 – Ajuizado em 17/01/2023, tem como objeto o pagamento das horas extras decorrentes de participação de bancas de TCC.

Fase processual: A ação está no aguardo da primeira audiência, ainda não agendada.

Departamento Jurídico



Convenções Coletivas de Trabalho | Planos de Saúde e Odontológico | Assessoria Jurídica | Hotel Casa do Professor | Previdência Privada e muito mais.

Da Educação Infantil à Educação Superior, dentro ou fora da sala de aula, quanto mais você precisa, mais o Sinpro/RS aparece. Acesse www.sinprors.org.br e associe-se!

*Se você já é sócio, converse com seus colegas e indique o Sinpro/RS.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão